



CONTAS

DE

GERÊNCIA

2024



Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2024 (D)	Variação A - D
	2024 (A)	2023 (B)			
Gastos					
61. CMVMC					
Total 61					
62. Fornecimentos e serviços externos					
- Subcontratos	8 302,00	5 110,00	3 192,00	6 400,00	1 902,00
- Trabalhos especializados	3 605,98	4 781,10	-1 175,12	3 700,00	-94,02
- Publicidade e propaganda	199,50		199,50		199,50
- Vigilância e segurança	437,35	386,29	51,06	450,00	-12,65
- Honorários	115,00	311,88	-196,88	100,00	15,00
- Cons. reparação (edif., equip. e viaturas)	318,32	2 147,60	-1 829,28	650,00	-331,68
- Serviços bancários	6,00		6,00	25,00	-19,00
- Ferramentas e utensílios	192,52	1 040,87	-848,35	500,00	-307,48
- Material de escritório	1 053,08	820,15	232,93	1 000,00	53,08
- Artigos p/ oferta	319,00	579,20	-260,20	350,00	-31,00
- Encargos com utentes	1 175,95	595,85	580,10	300,00	875,95
- Eletricidade	2 623,42	2 301,83	321,59	2 900,00	-276,58
- Água	108,08	106,95	1,13	100,00	8,08
- Deslocações e estadas	1 075,34	5,90	1 069,44	1 000,00	75,34
- Comunicação	684,74	804,90	-120,16	800,00	-115,26
- Seguros	1 226,97	1 006,32	220,65	1 200,00	26,97
- Contencioso e notariado	25,00		25,00		25,00
- Despesas de representação	584,91	49,05	535,86	400,00	184,91
- Limpeza, higiene e conforto	3 240,52	3 257,72	-17,20	3 200,00	40,52
- Outros fornecimentos e serviços		331,38	-331,38		
Total 62	25 293,68	23 636,99	1 656,69	23 075,00	2 218,68
63. Gastos com o pessoal					
- Remunerações	140 970,18	136 223,47	4 746,71	140 700,00	270,18
- Encargos com segurança social	29 529,96	28 696,62	833,34	29 300,00	229,96
- Seguros de acidentes no trabalho	2 471,52	2 188,29	283,23	2 500,00	-28,48
- Outros gastos com pessoal	1 739,79	1 073,59	666,20	1 200,00	539,79
Total 63	174 711,45	168 181,97	6 529,48	173 700,00	1 011,45
64. Gastos de depreciação e de amortização	13 297,77	13 850,48	-552,71	13 300,00	-2,23
65. Perdas por imparidade					
66. Perdas por redução de justo valor	23,15		23,15		23,15
67. Provisões do período					
68. Outros gastos e perdas					
- Correções rel. períodos anteriores	1 811,89	5 339,69	-3 527,80	1 850,00	-38,11
- Quotizações	194,00	194,00		200,00	-6,00
- Multas	21,77		21,77		21,77
- Outros não especificados	73,50	18,64	54,86		73,50
Total 68	2 101,16	5 552,33	-3 451,17	2 050,00	51,16
69. Gastos e perdas de financiamento					
Total Gastos	215 427,21	211 221,77	4 205,44	212 125,00	3 302,21

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luis Leite
CC n° 39242





Análise de Gastos e Rendimentos

Descrição	Contas de Gerência		Variação A - B	Orçamento 2024 (D)	Variação A - D
	2024 (A)	2023 (B)			
Rendimentos					
72. Prestação de serviços					
Mensalidades	25 180,64	22 909,91	2 270,73	24 100,00	1 080,64
- Apoio Domiciliário	25 180,64	22 909,91	2 270,73	24 100,00	1 080,64
Acordos Instituto Segurança Social	173 206,77	159 915,18	13 291,59	173 200,00	6,77
- Apoio Domiciliário	173 206,77	159 915,18	13 291,59	173 200,00	6,77
- Outras prestações de serviços	60,00			60,00	
Total 72	198 447,41	182 825,09	15 622,32	197 360,00	1 087,41
73. Variação de Produção					
74. Trabalhos p/ própria empresa					
75. Subsídios à exploração					
- IEFP		236,73	-236,73		
- Norte 2020 (+COESO)		21 345,26	-21 345,26		
- Autarquias		335,65	-335,65		
Total 75		21 917,64	-21 917,64		
76\7. Reversões/ganhos aumento justo valor		60,71	-60,71		
78. Outros rendimentos e ganhos					
- Descontos de p. pagamento obtidos		0,01	-0,01		
- Imputação de subs. para investimentos	6 459,40	5 938,57	520,83	6 500,00	-40,60
- Donativos	1 110,00	15,00	1 095,00	50,00	1 060,00
- Correções rel. períodos anteriores	1,48	218,50	-217,02		1,48
Total 78	7 570,88	6 172,08	1 398,80	6 550,00	1 020,88
79. Juros, dividendos o. rendimentos simil.	11 439,44	57,31	11 382,13	10 675,00	764,44
Total Rendimentos	217 457,73	211 032,83	6 424,90	214 585,00	2 872,73

Resultado (Rendimentos-Gastos)	2 030,52	-188,94	2 219,46	2 460,00	-429,48
--	-----------------	----------------	-----------------	-----------------	----------------

Variação de Utentes		
Respostas Sociais	2024	2023
<i>Infância e Juventude</i>		
Creche		
ATL		
<i>Terceira Idade</i>		
ERPI moradias		
ERPI quartos		
Centro de Dia		
Apoio Domiciliário	44 P(40)	44 P(40)
Apoio Domiciliário Integrado		

Variação do Pessoal	
Anos	Funcionários
2024	11
2023	11

Investimentos		
	2024	2023
Edifícios		
Equipamento Básico		
Equipamento Administrativo		
Equipamento Transporte		36 190,01
AFT em curso		
Total		36 190,01

A Entidade

O Contabilista Certificado

[Handwritten Signature]
Luis Leite
CC nº 39242

Pe. José António...
Maria Paula...
Soni...

Condições de Corte



Moeda: EUR

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31-12-2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	7	198 447,41	22 909,91
Subsídios, doações e legados à exploração	8		181 832,82
Fornecimentos e serviços externos	12.6	-25 293,68	-23 636,99
Gastos com o pessoal	10	-174 711,45	-168 181,97
Aumentos/reduções de justo valor	6.2	-23,15	60,71
Outros rendimentos	8; 12.8	7 570,88	6 172,08
Outros gastos	12.7	-2 101,16	-5 552,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 888,85	13 604,23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-13 297,77	-13 850,48
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-9 408,92	-246,25
Juros e rendimentos similares obtidos	7; 12.8	11 439,44	57,31
Resultado antes de impostos		2 030,52	-188,94
Resultado líquido do período		2 030,52	-188,94

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite
CC n.º 39242

Pe. José António
Área Paroquial de Limões
Serviço Solidário
NIF 502172619
4870 - 078 Limões

João Henrique
de Castro



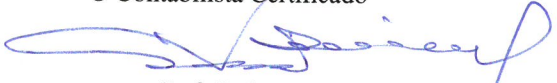
Moeda: EUR

Demonstração individual de fluxos de caixa período findo em 31 de dezembro de 2024


RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		26 142,53	21 969,67
Recebimentos de subvenções		171 226,18	161 888,27
Pagamentos a fornecedores		-28 574,46	-22 701,01
Pagamentos ao pessoal		-168 131,69	-159 933,10
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	662,56	1 223,83
Outros recebimentos/pagamentos		-231 280,00	-3 658,22
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	-230 617,44	-2 434,39
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-34 190,01
Investimentos financeiros			-500,00
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		11 439,44	57,31
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>	11 439,44	-34 632,70
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			32 500,00
Subsídios e doações		6 785,25	32 334,21
Pagamentos respeitantes a:			
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	6 785,25	64 834,21
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-212 392,75	27 767,12
Caixa e seus equivalentes no início do período		583 169,52	555 402,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		370 776,77	583 169,52

A Entidade

O Contabilista Certificado


Luís Leite
 C C n.º 39242

P. José Botelho
Aux. Técnico
50x



Luís Leite
bonifácio de Castro



Moeda: EUR

Balanço individual em 31-12-2024

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	73 169,73	86 467,50
Investimentos financeiros	6.1	1 800,31	1 823,46
Outros créditos e ativos não correntes	12.1; 12.3	248 851,14	46 351,14
		323 821,18	134 642,10
Ativo corrente			
Créditos a receber	12.1	2 607,73	3 508,14
Outros ativos correntes	12.1; 12.3	46 120,48	25 377,57
Diferimentos	12.5	2 305,85	1 507,62
Caixa e depósitos bancários	4	370 776,77	583 169,52
		421 810,83	613 562,85
Total do ativo		745 632,01	748 204,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Resultados transitados	9.1	699 847,76	700 036,70
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	9.1	13 265,18	19 724,58
		713 112,94	719 761,28
Resultado líquido do período	9.1	2 030,52	-188,94
Total do Fundo Patrimonial		715 143,46	719 572,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	1 855,91	926,74
Estado e outros entes públicos	12.2	3 536,14	3 084,35
Diferimentos	12.5		1 980,44
Outros passivos correntes	12.1; 12.3; 12.4	25 096,50	22 641,08
		30 488,55	28 632,61
Total do passivo		30 488,55	28 632,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		745 632,01	748 204,95

A Entidade

O Contabilista Certificado

Pe. João António S. Azevedo
 Área Social
 José António
 Centro Social Paroquial de Limões
 Serviço Solidário
 NIF 502 172 649
 4870 - 078 Limões

[Handwritten Signature]
Luis Leite
 CC n.º 39242



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name 'Bast' and a stylized signature.

ANEXO (Período 2024)

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Centro Social e Paroquial de Limões

NIPC 502 854 944

1.2 – Sede

Rua da Igreja, n.º 1

4870-078 Limões

1.3 – Natureza da atividade

O Centro Social e Paroquial de Limões é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), que tem como atividade principal o apoio social a idosos sem alojamento, prestando serviços de Apoio Domiciliário.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;



JL
Bog
gestB-

- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso nº 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 – Principais políticas contabilísticas

3.1.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do



A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Bast", is located in the top right corner of the page.

recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Neste sentido, destacamos a contabilização das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais, que pela Circular emanada do Instituto da Segurança Social, passam a ser contabilizadas como rédito (anteriormente contabilizadas como subsídios à exploração). Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.1.5 – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade. As



SV
Basta

políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.2 – Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento)

3.1.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos patrimoniais da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Sendo que algumas classes de ativos fixos tangíveis estão mensuradas ao modelo de revalorização.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 8



Slv
L
bst
Pez

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.1.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 6 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros existentes no Balanço são outros investimentos financeiros que não correspondem a participações no capital de outras empresas, dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho e Fundos de Reestruturação do Setor Social.

3.1.2.4 – Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.



S/A
Paul
Bests.

3.1.2.5 – Inventários

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.2.6 – Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.2.7 – Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registados ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.



SVA
Bastos
Paey

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

v) Outros instrumentos financeiros

Os “outros instrumentos financeiros” evidenciados no balanço correspondem todos os instrumentos financeiros que não sejam caixa ou depósitos bancários e são mensurados ao justo valor, cujas alterações estão reconhecidas na demonstração de resultados.

3.1.2.8 – Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.2.9 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios, doações e legados à exploração” da



J. Costa

Est. 21
P. 1

demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.2.10 – Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.2.11 – Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



SVT
Dats

3.1.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano 2025.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2024 ocorreram alterações das políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo, no que diz respeito à contabilização do valor das participações mensais pagas pelo Instituto da Segurança Social para as diversas respostas sociais que passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

4 – Fluxos de caixa

Ver alíneas iv) e v) do ponto 3.1.2.7 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2024	2023
Caixa	1 814,89	2 071,24
Depósitos à ordem	18 961,88	81 098,28
Depósitos a prazo	350 000,00	500 000,00
Total	370 776,77	583 169,52

De acordo com as alterações à norma contabilística de relato financeiro para as Entidades do Setor não lucrativo (NCRF-ESNL), art.º4 alínea a) da portaria n.º220/2015 de 24 de julho.



Sto
Ray
gest.

5 – Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.2.1 na nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Edifícios e outras construções	331 302,63			331 302,63			331 302,63
Equipamento básico	34 298,23			34 298,23			34 298,23
Equipamento de transporte		36 190,01		36 190,01			36 190,01
Equipamento administrativo	47 945,24			47 945,24			47 945,24
Outros ativos fixos tangíveis	31 845,81			31 845,81			31 845,81
AFT em curso	3 595,88		-3 595,88				
Sub-total	448 987,79	36 190,01	-3 595,88	481 581,92			481 581,92
Depreciações e perdas por imparidade	2022	Adições	Alienações /abates	2023	Adições	Alienações /abates	2024
Edifícios e outras construções	279 908,45	1 930,04		281 838,49	1 930,04		283 768,53
Equipamento básico	34 174,26	75,79		34 250,05	48,18		34 298,23
Equipamento de transporte		8 293,54		8 293,54	9 047,50		17 341,04
Equipamento administrativo	45 421,65	894,27		46 315,92	824,96		47 140,88
Outros ativos fixos tangíveis	21 759,58	2 656,84		24 416,42	1 447,09		25 863,51
Sub-total	381 263,94	13 850,48		395 114,42	13 297,77		408 412,19
Quantias líquidas escrituradas	67 723,85	22 339,53	-3 595,88	86 467,50	-13 297,77		73 169,73

6 – Investimentos financeiros

Ver ponto 3.1.2.3 na nota 3 deste anexo

6.1

Entidades	2022	Aumentos	Diminuições	2023	Aumentos	Diminuições	2024
Fundo compensação trabalho	1 024,23	158,36		1 182,59		23,15	1 159,44
FRSS	117,00			117,00			117,00
Títulos Caixa Agrícola		500,00		500,00			500,00
Outros investimentos financeiros	23,87			23,87			23,87
Total	1 165,10	658,36		1 823,46		23,15	1 800,31



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

6.2 – As demonstrações financeiras devem divulgar e refletir quaisquer aumentos/reduções de justo valor.

Entidades	2024		2023	
	Aumentos	Diminuições	Aumentos	Diminuições
Fundo compensação trabalho		-23,15	60,71	
Total		-23,15	60,71	
Aumentos/reduções de justo valor		-23,15		60,71

7 – Rédito

Ver ponto 3.1.2.8 na nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2024	2023
Prestação de serviços	198 447,41	22 909,91
Juros	11 439,44	57,31
Total	209 886,85	22 967,22

De acordo com a circular emanada do Instituto da Segurança Social, os valores das participações mensais pagas para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

8 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.2.9 na nota 3 deste anexo

8.1 – Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente dos fundos patrimoniais, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2024	2023
Imputação de sub. para investimentos	6 459,40	5 938,57

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.



36
[Handwritten signature]
 2025

Entidades	2024	2023
Instituto Segurança Social		159 915,18
IEFP		236,73
Norte 2020 (+COESO)		21 345,26
Autarquias		335,65
Total		181 832,82

De acordo com a circular emanada do Instituto da Segurança Social, os valores das participações mensais pagas para as diversas respostas sociais passam a ser contabilizados no rédito (anteriormente contabilizadas em subsídios à exploração).

9 – Instrumentos financeiros

9.1 – Fundos patrimoniais

Rubricas dos fundos patrimoniais	2022	Aumentos	Reduções	2023	Aumentos	Reduções	2024
Resultados transitados	662 884,53	37 152,17		700 036,70		-188,94	699 847,76
Outras variações no fundo patrimonial	25 663,15		-5 938,57	19 724,58		-6 459,40	13 265,18
Resultado líquido	37 152,17	-188,94	-37 152,17	-188,94	2 030,52	188,94	2 030,52
Total	725 699,85	36 963,23	-43 090,74	719 572,34	2 030,52	-6 459,40	715 143,46

10 – Benefícios dos funcionários

Ver ponto 3.1.2.10 na nota 3 deste anexo

10.1 – Número médio de funcionários

O número médio de funcionários em 2024 foi de 11.

Gastos com pessoal	2024	2023
Funcionários:	170 500,14	164 920,09
Remunerações	140 970,18	136 223,47
Encargos seg. social	29 529,96	28 696,62
Seguros	2 471,52	2 188,29
Outros	1 739,79	1 073,59
Total	174 711,45	168 181,97

10.2 – Órgãos sociais

Nenhum dos membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão auferiram qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2024 e atualmente, a direção é constituída por cinco elementos.

12.4 – Devedores e credores por acréscimos

Acréscimos	2024	2023
Ativo - acréscimos de rendimentos		
Total		
Passivo - acréscimos de gastos		
Férias e sub. férias a liquidar	24 966,32	22 431,30
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	126,79	209,78
Total	25 093,11	22 641,08

12.5 – Diferimentos

Diferimentos	2024	2023
Ativo - Gastos a reconhecer		
Trabalhos especializados	54,10	
Seguros	2 251,75	1 507,62
Total	2 305,85	1 507,62
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração - Acordos cooperação		1 980,44
Total		1 980,44

12.6 – Fornecimentos e serviços externos

FSE	2024	2023
Subcontratos	8 302,00	5 110,00
Trabalhos especializados	3 605,98	4 781,10
Publicidade e propaganda	199,50	
Vigilância e segurança	437,35	386,29
Honorários	115,00	311,88
Conservação e reparação-edifícios o. const.	194,34	1 658,76
Conservação e reparação-eq. Básico		488,84
Conservação e reparação-eq. transporte	123,98	
Serviços bancários	6,00	
Ferramentas e utensílios	192,52	1 040,87
Material de escritório	1 053,08	820,15
Eletricidade	2 623,42	2 301,83
Água	108,08	106,95
Deslocações e estadas	1 075,34	5,90
Artigos para oferta	319,00	579,20
Comunicação	684,74	804,90
Seguros	1 226,97	1 006,32
Contencioso e notariado	25,00	
Despesas de representação	584,91	49,05
Limpeza, higiene e conforto	3 240,52	3 257,72
Outros FSE	1 175,95	927,23
Total	25 293,68	23 636,99

12.7 – Outros gastos

Outros Gastos	2024	2023
Correções de períodos anteriores	1 811,89	5 339,69
Quotizações	194,00	194,00
Multas e penalidades	21,77	
Outros	73,50	18,64
Total	2 101,16	5 552,33



12.8 – Outros rendimentos

Outros rendimentos	2024	2023
Descontos pp obtidos		0,01
Correções de períodos anteriores	1,48	218,50
Imputação de sub. investimento	6 459,40	5 938,57
Juros obtidos de depósitos bancários	11 439,44	57,31
Donativos	1 110,00	15,00
Total	19 010,32	6 229,39

12.9 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 2.030,52€ para Resultados Transitados. Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Limões, 20 de fevereiro de 2025


A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Leite

CC n.º 39242

Pe. José António S.P. de
Aca Paula de Jesus dos Santos
José Honório
d. Cort

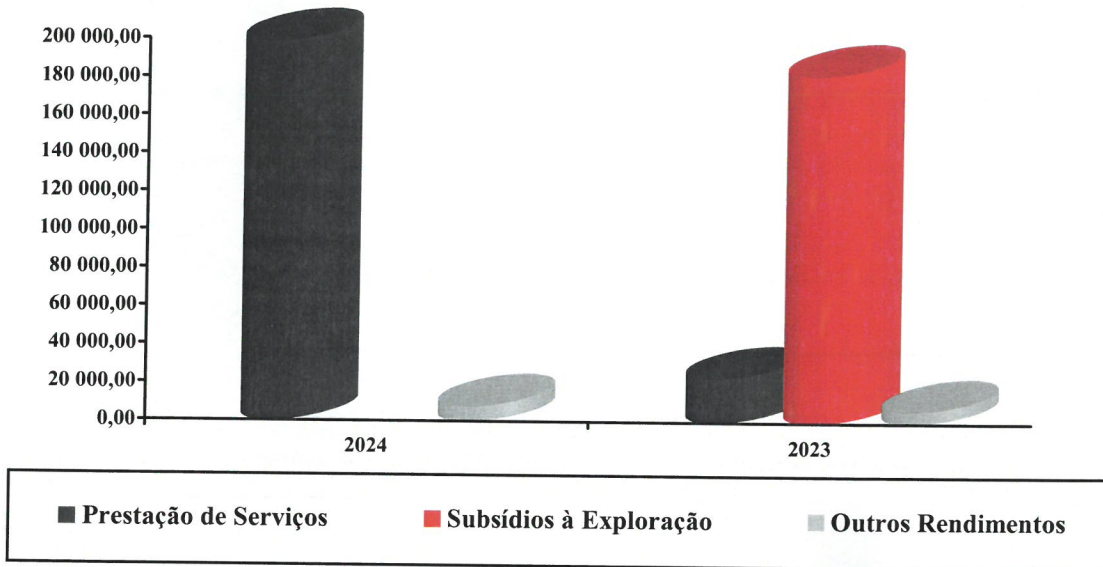




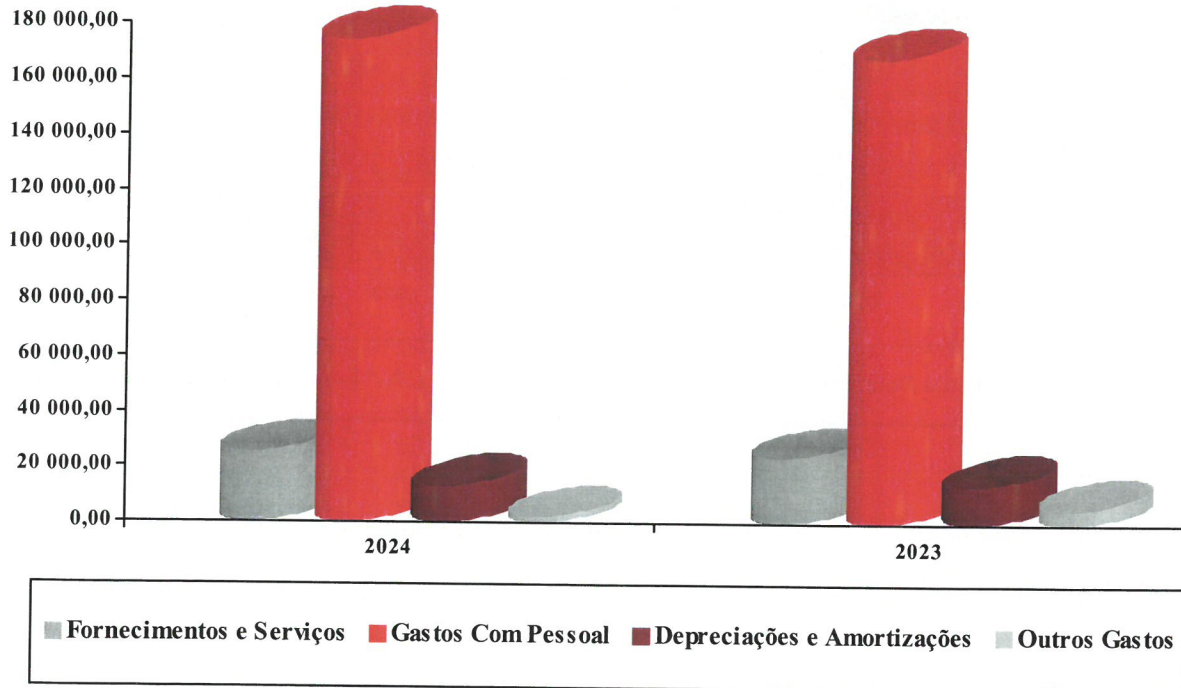
Handwritten signatures and initials in black and blue ink.

GRÁFICOS COMPARATIVOS

RENDIMENTOS



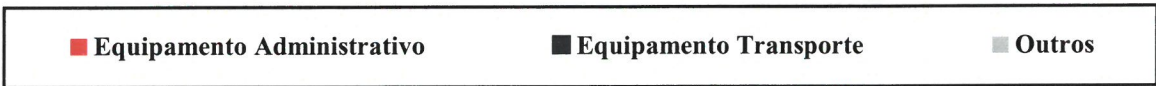
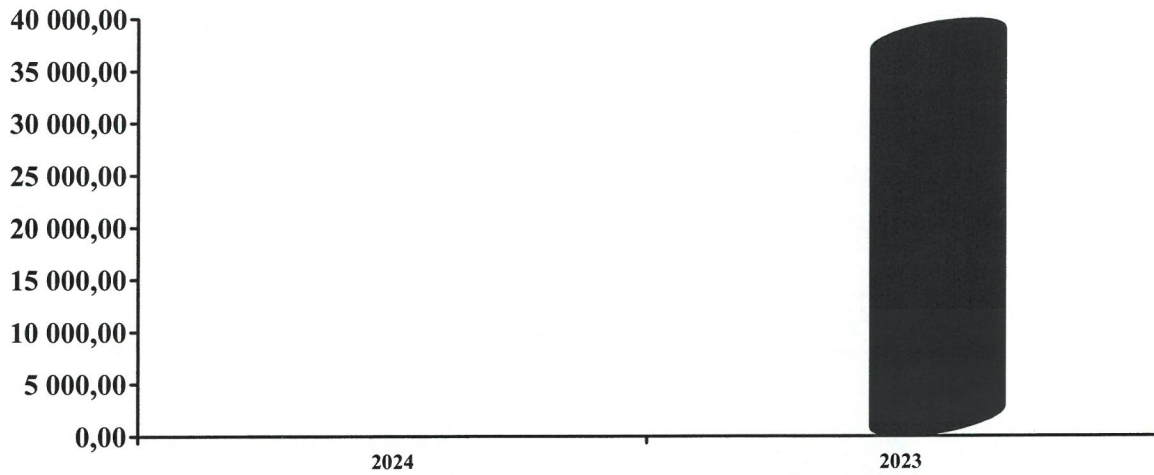
GASTOS



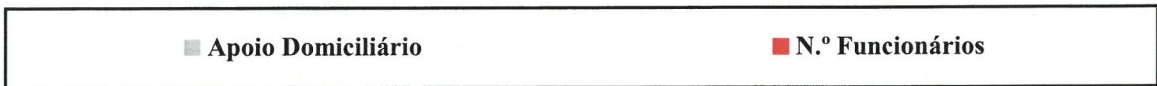
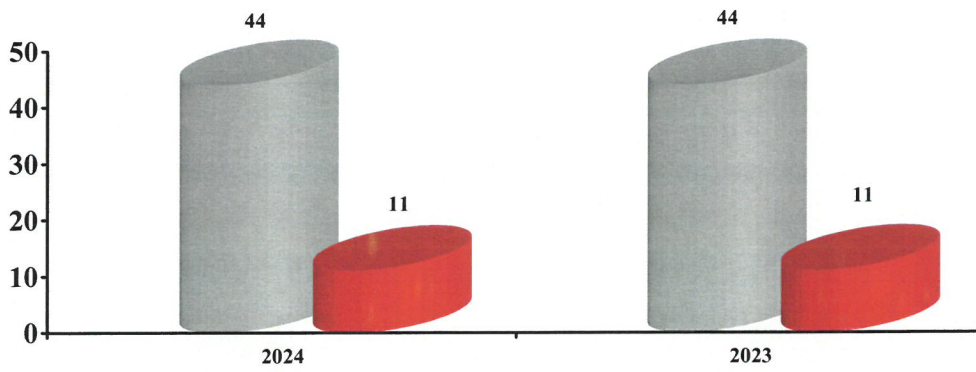


Handwritten signatures and initials in blue ink.

INVESTIMENTOS



CLIENTES E TRABALHADORES





RELATÓRIO
DE
GESTÃO
2024



SL
gestj-
Bey

RELATÓRIO DE GESTÃO

(Exercício de 2024)

Ex.mos Associados

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos nº 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão do **Centro Social e Paroquial de Limões** relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

1 – APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

No exercício de 2024, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício positivo de 2.030,52€, o qual demonstra os esforços para equilibrar a situação financeira da Instituição e uma gestão cuidada, cumprindo sempre as leis e regulamentos aplicáveis, tendo sempre presente que, uma adequada estrutura organizacional conduz a uma segurança razoável na consecução dos objetivos, na eficácia e eficiência das operações e na fiabilidade do relato financeiro.

2 – EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução das prestações de serviços

	2024	2023	Incremento no V. Negócios	
			Valor	%
Prestação de serviços	198 447,41	22 909,91	175 537,50	766,21%



[Handwritten signature]

3 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS

(Análise das principais rubricas de gastos, também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos, gastos com o pessoal; gastos de depreciação e de amortização e gastos e perdas de financiamento)

Quadro da evolução dos gastos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
FSE	25 293,68	23 636,99	1 656,69	7,01%
Subcontratos	8 302,00	5 110,00	3 192,00	62,47%
Trabalhos especializados	3 605,98	4 781,10	-1 175,12	-24,58%
Publicidade e propaganda	199,50		199,50	
Honorários	115,00	311,88	-196,88	-63,13%
Conservação e reparação	318,32	2 147,60	-1 829,28	-85,18%
Ferramentas e utensílios	192,52	1 040,87	-848,35	-81,50%
Artigos para oferta	319,00	579,20	-260,20	-44,92%
Eletricidade	2 623,42	2 301,83	321,59	13,97%
Deslocações e estadas	1 075,34	5,90	1 069,44	18126,10%
Comunicação	684,74	804,90	-120,16	-14,93%
Despesas de representação	584,91	49,05	535,86	1092,48%
Outros	7 272,95	6 504,66	768,29	11,81%
Gastos com pessoal	174 711,45	168 181,97	6 529,48	3,88%
Aumentos/reduções de justo valor	-23,15		-23,15	
Depreciações e amortizações	13 297,77	13 850,48	-552,71	-3,99%
Outros gastos e perdas	2 101,16	5 552,33	-3 451,17	-62,16%
Total dos gastos e perdas	215 427,21	211 221,77	4 205,44	1,99%

4 – EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

(Análise das principais rubricas de rendimento, também relativamente ao período anterior e suas variações)

Dentro das rubricas de rendimentos destacam-se as "Prestações de Serviços" e os Subsídios à Exploração que ascenderam em 2024 a 198.447,41€ (204.742,73€ em 2023).



[Handwritten signature]

Evolução dos rendimentos

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Prestação de serviços	198 447,41	22 909,91	175 537,50	766,21%
Subsídios à exploração		181 832,82	-181 832,82	-100,00%
Ganhos por aumentos de justo valor		60,71	-60,71	-100,00%
Outros rendimentos	7 570,88	6 172,08	1 398,80	22,66%
Total dos rendimentos	217 457,73	211 032,83	6 424,90	3,04%

5 – INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro de investimento em ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Equipamento de transporte		36 190,01	-36 190,01	-100,00%
Total		36 190,01	-36 190,01	-100,00%

Quadro de valores de ativos fixos tangíveis

	2024	2023	Incremento	
			Valor	%
Edifícios	331 302,63	331 302,63		
Equipamento básico	34 298,23	34 298,23		
Equipamento de transporte	36 190,01	36 190,01		
Equipamento administrativo	47 945,24	47 945,24		
Outros ativos fixos tangíveis	31 845,81	31 845,81		
Total	481 581,92	481 581,92		

6 – TERCEIROS

As dívidas de terceiros, de clientes e utentes, Estado e outros ativos correntes, ascendem a 48.728,21€ (28.885,71€ em 2023).

As dívidas a fornecedores, ao Estado, a instituições de crédito e outros passivos correntes ascendem a 30.488,55€ (26.652,17€ em 2023).



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Gustavo', with a checkmark above it.

7 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de dezembro de 2024 até à data deste relatório, não ocorreu qualquer facto digno de referência.

8 – PRINCIPAIS RISCOS

A atividade da entidade comporta em si uma variedade de riscos aos quais está exposta, designadamente, risco de liquidez e risco jurídico.

- Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da entidade fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em atenção os recursos disponíveis. Esta entidade procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações.

- Riscos jurídicos

A entidade está sujeita a leis e regulamentos nacionais. A gestão dos riscos jurídicos é efetuada pela Mesa Administrativa em conjunto com assessoria jurídica externa, por forma a assegurar a proteção dos interesses da Entidade no respeito pelo cumprimento dos seus deveres legais.

9 – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos termos legais, informamos neste relatório de gestão que a entidade não se encontra em mora por quaisquer dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, nomeadamente à Administração Fiscal e à Segurança Social.

10 – AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A ENTIDADE E OS SEUS DIRETORES

Não foram concedidas quaisquer autorizações, nos termos art.º 397.º do CSC, pelo que nada há a indicar para efeitos da alínea e) n.º 5.º do art.º 66.º do CSC.



11 – EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ENTIDADE

A Direção em funções tudo fará para continuar a melhorar os serviços prestados aos seus utentes, bem como a gerir os seus recursos de forma a garantir o cumprimento da sua Missão Social.

12 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2024 será proposta a transferência do resultado líquido positivo de 2.030,52€ para Resultados Transitados.

13 – AGRADECIMENTOS

Aos nossos clientes e utentes, às instituições de crédito e aos nossos fornecedores expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Limões, 20 de fevereiro de 2025

A Entidade

Pe. José 
Área de *gestão de gastos*
José *Carvalho J. Costa*



Contribuinte nº 502172649

O Contabilista Certificado **Luís Fernando de Carvalho Leite**, CC nº 39242, no âmbito das suas funções, vem por este meio solicitar ao órgão de gestão da entidade informações para o cumprimento declarativo na IES (Informação Empresarial Simplificada), que a seguir se detalha:

1. Quadro 11 da folha de rosto da IES – Confirmação anual do beneficiário efetivo

Pretende optar por efetuar a confirmação anual do beneficiário através da IES ou pretende efetuar essa confirmação diretamente no registo central do beneficiário efetivo? _____

Optando por efetuar a referida confirmação anual através da IES, indique, com referência ao último dia do ano civil do exercício findo a que respeita esta declaração.

Se confirma a informação constante do RCBE, ou seja, se a mesma se encontra exata, suficiente e atual.

Atesta-se, ainda, que a informação indicada corresponde à verdade,

31 de Dezembro de 2024

A Entidade

Pe. José Patrício
Asses. Paulo Jesus
Jose

depois de estar perante
João Carlos de Costa



DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2024 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor oficial de contas para proceder à revisão legal já que não ultrapassou durante dois anos consecutivos dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

A Entidade

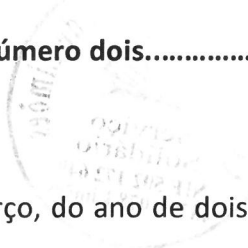
P. José [illegible]
Área [illegible]
José [illegible]

José [illegible]



ATA Nº2/2025

.....Ata número dois.....



Aos vinte e um dias do mês de Março, do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede do Centro Social e Paroquial de Limões, pelas catorze horas, reuniu a direção do Centro Social e Paroquial de Limões, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. ***Discussão e aprovação das contas de gerência e relatório de atividades do ano dois mil e vinte e quatro.***

Aberta a sessão pelo Presidente do Centro Social e Paroquial de Limões, Pe. José Patrício Ramos, verificou-se que estavam presentes os seguintes elementos: Ana Paula Dinis Bastos Duarte – Secretária e José Horácio Gonçalves da Costa - Tesoureiro.

Começando pelo primeiro ponto da ordem de trabalhos, passou-se de imediato à leitura do Relatório de Atividades e dando uma explicação mais pormenorizada do seu conteúdo.

De seguida, passou-se à análise das contas de gerência, elaboradas pelo gabinete de contabilidade, referindo os rendimentos e os gastos, obtendo-se um resultado líquido do exercício de 2030.52€ (dois mil e trinta euros e cinquenta e dois cêntimos).

Foram colocados a votação os dois documentos, tendo sido aprovados por unanimidade, quer o Relatório de Atividades, quer as Contas de Gerência, para o ano de dois mil e vinte e quatro.

ressão, de qual se lavrou a presente ata
que depois de lida, virá por assinada.

Maria Isabel Gonçalves
João Martins Ribeiro Ferraz

ATA
Nº
72

Aos sete dias do mês de Novembro, do ano dos
mil e cento e quarenta, pelas dez horas, reu-
ni-me nas instalações do Centro Social e Paroquial
de Linões, o Conselho Fiscal, com a seguinte
ordem de trabalhos:

- Analisar e parecer referente aos Orçamentos
Personais para dos mil e cento e cinco e
Orçamentos Anuais para dos mil e cento
e quatro.

O presidente abriu a sessão e condeceu
por dar alguns esclarecimentos e informa-
ções sobre os documentos apresentados.

Após todos os esclarecimentos prestados, o
Conselho Fiscal, deu o seu parecer favorá-
vel a todos os documentos, recomendando a
sua aprovação.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a
ressão de qual se lavrou a presente ata
que depois de lida, virá por assinada.

Maria Isabel Gonçalves
João Martins Ribeiro Ferraz

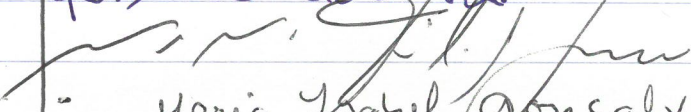
ATA
Nº
73

Aos vinte e um dias do mês de Março, do ano dos mil
e cento e cinco, pelas dez horas e quinze
minutos, reuniu o Conselho Fiscal, na sede do
Centro Social e Paroquial de Linões, com a se-
guinte ordem de trabalhos:

de gerência do ano dos mil e cento e quatro e respectivos
relatório de atividades.

Aberta a sessão pelo Presidente, o Conselho Fiscal
tomou conhecimento e analisou os conteúdos
referentes às contas de gerência e relatório de ativi-
dades referentes ao ano de dois mil e um e
quatro, dando o seu parecer favorável à sua
aprovação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a
sessão, do qual se lavou a ata que de
pois de lida foi assinada.


- Maria Isabel Gonçalves
Joaquim Martins Ribeiro Ferreira